

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 15.112, de 17 de março de 2025. Publicada no DOU de 31 mar. 2025	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para prever a possibilidade de emprego de recursos públicos em serviços de drenagem e manejo de águas urbanas em condições emergenciais.
Lei nº 15.110, de 17 de março de 2025. Publicada no DOU de 31 mar. 2025	Institui o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens.
Lei nº 15.109, de 13 de março de 2025. Publicada no DOU de 14 mar. 2025	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispensar o advogado do adiantamento de custas processuais em ações de cobrança e em execuções de honorários advocatícios.
Lei nº 15.108, de 13 de março de 2025. Publicada no DOU de 14 mar. 2025	Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que o menor não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.
Lei nº 15.107, de 6 de março de 2025. Publicada no DOU de 7 mar. 2025	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa.
Lei nº 15.106, de 6 de março de 2025. Publicada no DOU de 7 mar. 2025	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 5.131.822.721,00 (cinco bilhões cento e trinta e um milhões oitocentos e vinte e dois mil setecentos e vinte e um reais), para os fins que especifica.
Lei nº 15.105, de 20 de fevereiro de 2025. Publicada no DOU de 21 fev. 2025	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério de Portos e Aeroportos e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00 (um bilhão seiscentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e vinte e um mil cento e cinquenta e nove reais), para os fins que especifica.
Lei nº 15.104, de 20 de fevereiro de 2025. Publicada no DOU de 21 fev. 2025	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Defesa, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ministério dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00 (quinhentos e quatorze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.
Lei nº 15.103, de 22 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 23 jan. 2025	Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.991, de 24 de julho de 2000, e 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Lei nº 15.102, de 15 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 16 jan. 2025	Altera a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, para estabelecer critérios adicionais para a recompra de cotas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); para destinar os recursos remanescentes do Finam e do Finor para investimentos em infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste; e para reverter os saldos remanescentes em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).
Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 14 jan. 2025	Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.
Lei nº 15.097, de 10 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 10 jan. 2025	Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore ; e altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.
Lei nº 15.094, de 8 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 9 jan. 2025	Torna obrigatória a realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP) nos recém-nascidos na triagem neonatal das redes pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS).
Lei nº 15.088, de 6 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 7 jan. 2025	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos que especifica.
Lei nº 15.083, de 2 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 3 jan. 2025	Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, para autorizar a criação de subsidiária da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), nos termos que especifica, e dispõe sobre a possibilidade de alienação do seu controle acionário à União.
Lei nº 15.082, de 30 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 31 dez. 2024	Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), para nela incluir os produtores independentes de matéria-prima destinada à produção de biocombustível; e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
Lei nº 15.081, de 30 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 31 dez. 2024	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.
Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 31 dez. 2024	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.
Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 30 dez. 2024	Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE; e altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.
Lei nº 15.078, de 27 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 30 dez. 2024	Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 27.12.2024 - Edição extra	Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995, de 10 de outubro de 2024, para dispor sobre políticas públicas; e dá outras providências.

Lei nº 15.076, de 26 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 27 dez. 2024	Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2023, para dispor sobre o valor mínimo obrigatório a ser aplicado na aquisição de créditos de carbono pelas entidades que especifica.
Lei nº 15.075, de 26 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 27 dez. 2024	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para autorizar a transferência de excedentes de conteúdo local entre contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural vigentes; altera as Leis nºs 12.304, de 2 de agosto de 2010, 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e 14.871, de 28 de maio de 2024; e revoga a Medida Provisória nº 1.255, de 26 de agosto de 2024.
Lei nº 15.073, de 26 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 27 dez. 2024	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.
Lei nº 15.072, de 26 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 27 dez. 2024	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.
Lei nº 15.071, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 24 dez. 2024	Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que trata da tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).
Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 24 dez. 2024	Dispõe sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, o uso, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação, a embalagem, a rotulagem, a propaganda, o transporte, o armazenamento, as taxas, a prestação de serviços, a destinação de resíduos e embalagens e os incentivos à produção de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal; e altera as Leis nºs 14.785, de 27 de dezembro de 2023, 10.603, de 17 de dezembro de 2002, e 6.894, de 16 de dezembro de 1980.
Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 24 dez. 2024	Institui a Política Nacional de Cuidados.
Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 24 dez. 2024	Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
Lei nº 15.067, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 23.12.2024 - Edição extra	Altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024.
Lei nº 15.060, de 23 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 23.12.2024 - Edição extra	Altera a Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
Lei nº 15.052, de 20 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 23 dez. 2024	Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.
Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 12 dez. 2024	Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Lei nº 15.041, de 9 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 10 dez. 2024	Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os subsistemas esportivos privados, e revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé).
Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 10 dez. 2024	Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

1.2 LEI COMPLEMENTAR

Lei Complementar nº 215, de 21 de março de 2025. Publicada no DOU de 21 mar. 2025	Dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).
Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 16 jan. 2025	Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.
Lei Complementar nº 213, de 15 de janeiro de 2025 Publicada no DOU de 15 jan. 2025	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (Lei do Seguro Privado), para dispor sobre as sociedades cooperativas de seguros e as operações de proteção patrimonial mutualista, bem como sobre o termo de compromisso e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep); altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor regras a que as sociedades de capitalização estão sujeitas; altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 (Lei da Previdência Complementar), para dispor sobre hipóteses de dispensa de autorização para atos relativos a eleição e posse de administradores e membros de conselhos estatutários de entidades abertas de previdência complementar; altera a Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, para dispor sobre responsabilidade de administradores, regimes especiais de insolvência e medidas preventivas aplicáveis às sociedades cooperativas de seguros e às administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 (Lei do Resseguro), para dispor sobre a contratação de operações de resseguro por sociedades cooperativas de seguros e por administradoras de operações de proteção patrimonial mutualista; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro e Resseguro, de Proteção Patrimonial Mutualista, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta; estabelece regras e condições para regularização da situação de associações que especifica; revoga dispositivo da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964; e dá outras providências.
Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro 2025 Publicada no DOU de 14 jan. 2025	Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e a Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.

Lei Complementar nº 211, de 30 de dezembro de 2024 Publicada no DOU de 31 dez. 2024	Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; revoga a Lei Complementar nº 207, de 16 de maio de 2024; e dá outras providências.
--	--

1.3 DECRETOS

Decreto nº 12.420, de 25 de março de 2025. Publicado no DOU de 26 mar. 2025	Cria a Presidência da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30 e aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança; altera o Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Casa Civil da Presidência da República; altera o Decreto nº 12.168, de 6 de setembro de 2024, que remaneja, em caráter temporário, funções de confiança para o Ministério das Relações Exteriores; e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Decreto nº 12.417, de 21 de março de 2025. Publicado no DOU de 24 mar. 2025	Regulamenta o art. 6º, § 5º, e o art. 12-A da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e altera o Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024.
Decreto nº 12.416, de 21 de março de 2025. Publicado no DOU de 21 mar. 2025	Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal.
Decreto nº 12.415, de 20 de março de 2025. Publicado no DOU de 20 mar. 2025	Dispõe sobre o Comitê Gestor das Operações de Crédito Consignado e as competências previstas nos art. 1º, § 10, art. 2º-A, § 1º, e art. 5º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025.
Decreto nº 12.412, de 18 de março de 2025. Publicado no DOU de 19 mar. 2025	Dispõe sobre a governança dos recursos financeiros de natureza privada sob gestão do Poder Executivo federal para a supervisão das medidas reparatórias e a execução das medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, integrante do Complexo Minerário de Germano, localizada no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, ocorrido em 5 de novembro de 2015, nos termos do disposto no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Petição nº 13.157/DF.
Decreto nº 12.411, de 14 de março de 2025. Publicado no DOU de 17 mar. 2025	Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Decreto nº 12.410, de 13 de março de 2025. Publicado no DOU de 14 mar. 2025	Regulamenta o Programa Diversidade na Universidade, de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares.
Decreto nº 12.409, de 13 de março de 2025. Publicado no DOU de 14 mar. 2025	Altera o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
Decreto nº 12.408, de 13 de março de 2025. Publicado no DOU de 14 mar. 2025	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o comércio interestadual de leite fluido pasteurizado e ultrapasteurizado, de mel e de ovos in natura produzidos em estabelecimentos registrados em serviços de inspeção estadual, distrital e municipal com cadastro geral ativo no Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e-Sisbi.
Decreto nº 12.400, de 13 de março de 2025. Publicado no DOU de 14 mar. 2025	Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 4 mar. 2025	Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.
Decreto nº 12.385, de 18 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 19 fev. 2025	Regulamenta a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, para tratar da proibição do uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou o intervalo entre as aulas, para todas as etapas da educação básica, com o objetivo de preservar a saúde mental, física e psíquica das crianças e dos adolescentes.
Decreto nº 12.381, de 11 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 12 fev. 2025	Institui o Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar - Desenrola Rural e regulamenta os art. 14 e art. 15 da Lei nº 15.038, de 29 de novembro de 2024.
Decreto nº 12.380, de 11 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 12 fev. 2025	Altera o Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.
Decreto nº 12.376, de 6 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 7 fev. 2025	Promulga o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai, e pela República Oriental do Uruguai, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Decreto nº 12.374, de 6 de fevereiro de 2025. Publicado no DOU de 7 fev. 2025	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025 Publicado no DOU de 3 fev. 2025	Regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025 Publicado no DOU de 15 jan. 2025	Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores.
Decreto nº 12.346, de 30 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 31 dez. 2024	Altera o Decreto nº 11.971, de 1º de abril de 2024, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho e sobre a base de cálculo de que tratam o § 1º e o § 4º do art. 16 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.
Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 31 dez. 2024	Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.
Decreto nº 12.312, de 16 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 17 dez. 2024	Regulamenta a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internações compulsórios.
Decreto nº 12.311, de 16 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 17 dez. 2024	Institui o Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.
Decreto nº 12.309, de 13 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 13.12.2024 - Edição extra	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.278, de 11 de dezembro de 2024, que autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.

Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 12 dez. 2024	Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital.
Decreto nº 12.305, de 9 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 10 dez. 2024	Altera o Decreto nº 12.138, de 12 de agosto de 2024, que regulamenta a concessão de desconto nas operações de crédito rural de custeio, investimento e industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou de situação de emergência decretado.
Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 10 dez. 2024	Regulamenta o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os parâmetros e a avaliação dos programas de integridade, nas hipóteses de contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de desempate de propostas e de reabilitação de licitante ou contratado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto nº 12.303, de 9 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 10 dez. 2024	Institui o Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais – Inova.
Decreto nº 12.302, de 9 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 10 dez. 2024	Institui o Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais.
Decreto nº 12.301, de 9 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 10 dez. 2024	Dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União.
Decreto nº 12.299, de 6 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 9 dez. 2024	Promulga o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.
Decreto nº 12.294, de 6 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 9.12.2024	Altera o Decreto nº 9.755, de 11 de abril de 2019, que institui o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção.
Decreto nº 12.292, de 5 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 5.12.2024 - Edição extra	Altera o Decreto nº 12.175, de 11 de setembro de 2024, que regulamenta a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, de que trata o art. 1º, caput, inciso I, da Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.
Decreto nº 12.287, de 3 de dezembro de 2024 Publicado no DOU de 4.12.2024	Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 22.323, de 31 de março de 2025 Publicada no D.O.E. de 31 mar. 2025	Institui o Programa Recomeço e o Auxílio Social Mulher Paranaense.
Lei nº 22.322, de 25 de março de 2025 Publicada no D.O.E. de 25 mar. 2025	Altera o art. 84 da Seção XIII da Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense, com o título "Do acolhimento das mulheres em situação de violência nas dependências das delegacias do Estado do Paraná".

Lei nº 22.317, de 25 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 25 mar. 2025	Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Estadual de Prevenção, Controle e Combate ao Colesterol a ser realizado anualmente em 8 de agosto.
Lei nº 22.313, de 11 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 7 mar. 2025	Institui a campanha permanente de conscientização da Insuficiência Istmo Cervical no Estado do Paraná.
Lei nº 22.312, de 11 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 11 mar. 2025	Altera a Lei nº 18.462, de 23 de abril de 2015, que institui o Dia de Conscientização sobre a Saúde do Prematuro a ser comemorado anualmente em 17 de novembro.
Lei nº 22.308, de 11 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 11 mar. 2025	Altera a Lei nº 19.698, de 12 de novembro de 2018, que institui a Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre a Anemia Falciforme no Estado do Paraná.
Lei nº 22.307, de 11 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 11 mar. 2025	Altera a Lei nº 19.562 de 22 de junho de 2018, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia de Conscientização da Síndrome de Williams.
Lei nº 22.305, de 10 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Institui a campanha permanente de conscientização e prevenção da sepse neonatal no Estado do Paraná.
Lei nº 22.303, de 10 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Cria a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Segurança Digital, para promover o uso seguro e responsável da tecnologia.
Lei nº 22.299, de 10 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Altera as Leis nº 16.035, de 29 de dezembro de 2008, que autoriza o Procurador-Geral do Estado a desistir de execuções fiscais e determinar seu arquivamento, e nº 18.292, de 4 de novembro de 2014, que estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das autarquias e das fundações públicas.
Lei nº 22.298, de 10 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Altera a Lei nº 18.381, de 15 de dezembro de 2014, que institui o serviço social autônomo PALCOPARANÁ.
Lei nº 22.295, de 7 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 7 mar. 2025	Institui a Campanha Permanente de Conscientização e Prevenção às Hepatites Virais, denominada Campanha Nikole Bozza, na forma que especifica.
Lei n. 22.287, de 11 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 12 fev. 2025	Altera dispositivos da Lei nº 20.857, de 7 de dezembro de 2021, que estabelece o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei nº 22.285, de 11 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 12 fev. 2025	Altera a Lei nº 18.135, de 3 de julho de 2014, que consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.
Lei nº 22.283, 17 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2024	Altera a Lei nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, que regulamenta a concessão de gratificações de funções e pelo exercício de encargos especiais, e a Lei nº 19.573, de 2 de julho de 2018, que institui o Estatuto dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como cria cargos e funções gratificadas nos Anexos I e II da Lei nº 22.034, de 24 de junho de 2024, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 22.279, 17 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2024	Estabelece regramentos para o funcionamento das Casas de Apoio no Estado do Paraná.
Lei nº 22.263, 13 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 13 dez. 2024	Altera o art. 21 da Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais, para incluir a PARANAPREVIDÊNCIA no regime de isenção das custas, taxas e emolumentos.

Lei nº 22.258, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 13 dez. 2024	Altera a Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Lei 22.249, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 12 dez. 2024	Institui bolsa-auxílio aos candidatos aprovados em concurso público para provimento na carreira do Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná.
Lei nº 22.245, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 12 dez. 2024	Institui a Campanha Permanente de Orientação, Conscientização, Prevenção e Combate ao Mosquito Aedes aegypti na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências.
Lei nº 22.235, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 12 dez. 2024	Altera a Lei nº 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.
Lei nº 22.231, 6 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 6 dez. 2024	Institui a campanha permanente de monitoramento digital contínuo de glicemia no Estado do Paraná.
Lei nº 22.213, 5 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 5 dez. 2024	Obriga as concessionárias de serviços públicos de água, de energia elétrica e de gás a inserir mensagem de combate à violência contra a mulher nas faturas do mês de março.

2.2 LEI COMPLEMENTAR

Lei Complementar nº 277, de 25 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 25 mar. 2025	Altera a Lei Complementar nº 153, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual.
Lei Complementar nº 276, de 11 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 12 fev. 2025	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei Complementar nº 275, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 13 de dezembro de 2024	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei Complementar nº 274, 12 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 13 de dezembro de 2024	Revoga o inciso V do art. 5º da Lei Complementar nº 234, de 8 de junho de 2021, que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Lei Complementar nº 272, 5 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 5 de dezembro de 2024	Revoga o parágrafo único do art. 66 da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a qualidade e a responsabilidade na gestão fiscal do Estado do Paraná, cria o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná, e dá outras providências.

2.3 DECRETOS

Decreto nº 9.371, de 31 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Introduz alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 160/2024, que altera as obrigações acessórias para fruição de crédito presumido utilizado em substituição ao estorno de débitos decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações.
Decreto nº 9.328, de 21 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Convoca a Conferência Estadual de Cultura do Paraná, para eleição do Conselho Estadual de Cultura, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC.

Decreto nº 9.311, de 21 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 mar. 2025	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 174 e 178, de 6 de dezembro de 2024, que dispõem sobre o regime de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS, com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.
Decreto nº 9.245, de 18 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 18 mar. 2025	Regulamenta o Programa Paraná Turismo Mais Infraestrutura, instituído pela Lei nº 21.762, de 30 de novembro de 2023.
Decreto nº 9.244, de 18 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 18 mar. 2025	Altera o Decreto nº 9.518, de 22 de novembro de 2021, que instituiu o Programa Estadual de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado – Paraná Produtivo.
Decreto nº 9.150, de 12 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Introduz alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para excluir do rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária as carnes temperadas.
Decreto nº 9.135, de 10 de março de 2025. Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2025	Institui o Programa Mulher Segura, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Decreto nº 9.087, de 27 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 27 fev. 2025	Introduz alteração no Decreto nº 1.922, de 8 de julho de 2011, para atualizar a tabela de produtos beneficiados pela Lei Federal nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
Decreto nº 9.086, de 27 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 27 fev. 2025	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS nº 153 e 154, de 6 de dezembro de 2024, que atualizam a descrição e o código NCM de medicamentos e fármacos objetos de isenção do imposto quando destinados, respectivamente, a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, e ao tratamento de câncer.
Decreto nº 9.083, de 27 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 27 fev. 2025	Altera o Decreto nº 7.721, de 25 de outubro de 2024, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo.
Decreto nº 9.082, de 27 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 27 fev. 2025	Declara de utilidade pública, para fins de supressão vegetal, as áreas de terras localizadas no Município e Comarca de Maringá, necessárias para Ampliação do Sistema de Água no município.
Decreto nº 9.070, de 24 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 24 fev. 2025	Efetua uma Transferência no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R\$ 4.669.352,00.
Decreto nº 9.065, de 24 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 24 fev. 2025	Altera o Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022.
Decreto nº 9.046, de 21 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 fev. 2025	Altera o Decreto nº 5.006, de 22 de junho de 2012, que regulamenta a Lei nº 16.949, de 24 de novembro de 2011, que estabelece o regime de adiantamento no âmbito do Estado do Paraná.
Decreto nº 9.045, de 21 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 fev. 2025	Altera os processos administrativos de concessão da Gratificação pela Realização de Trabalho Relevante - GRTR, da Gratificação pelo Exercício de Encargos de Auxiliar ou Professor - GEPP e parcelas congêneres.
Decreto nº 9.044, de 21 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 fev. 2025	Regulamenta a Lei nº 21.815, de 13 de dezembro de 2023, que institui o Programa Mãos Amigas e dá outras providências.
Decreto nº 9.035, de 21 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 fev. 2025	Efetua um Remanejamento no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R\$ 5.520.000,00.

Decreto nº 9.032, de 21 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 21 fev. 2025	Homologa o Estatuto da Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública - FAASP.
Decreto nº 9.015, de 20 de fevereiro de 2025. Publicada no D.O.E. de 20 fev. 2025	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para excluir da base de cálculo do imposto as mercadorias objeto de bonificação, incluir na regra de diferimento as operações com palmito em conserva, dispor sobre a possibilidade de termo de acordo aos fabricantes de biodiesel, dentre outras providências.
Decreto nº 8.812, de 31 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 31 jan. 2025	Regulamenta a alteração do regime de trabalho dos professores da Rede Estadual de Educação Básica.
Decreto nº 8.811, de 31 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 31 jan. 2025	Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de diagnosticar, propor e monitorar, de forma conjunta, medidas de mitigação, adaptação e resposta aos eventos climáticos extremos no Estado do Paraná.
Decreto nº 8.807, de 30 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 30 jan. 2025	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
Decreto nº 8.803, de 29 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 29 jan. 2025	Regulamenta dispositivos da Lei nº 21.994, de 4 de junho de 2024, que institui o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura.
Decreto nº 8.705, de 21 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 21 jan. 2025	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para acrescentar a Seção V-A ao Capítulo X do Título I, disciplinando os termos e condições referentes ao procedimento de autorregularização, conforme previsão contida no § 4º do art. 39 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.
Decreto nº 8.704, de 21 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 21 jan. 2025	Atualiza valores fixados nos arts. 80 e 83 da Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016.
Decreto nº 8.608, de 14 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 14 jan. 2025	Institui o Programa Geração Olímpica e Paralímpica.
Decreto nº 8.566, de 13 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 13 jan. 2025	Dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de desembolso, de que trata o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, para o exercício de 2025.
Decreto nº 8.555, de 13 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 13 jan. 2025	Declaração de utilidade pública à área de terras para fins de desapropriação administrativa amigável ou judicial e dá providências.
Decreto nº 8.554, de 13 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 13 jan. 2025	Declaração de utilidade pública à área de terras para fins de desapropriação administrativa amigável ou judicial e dá providências.
Decreto nº 8.535, de 9 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 9 jan. 2025	Aprova o Regulamento do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.
Decreto nº 8.528, de 7 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 7 jan. 2025	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 143/2024, que prorroga as disposições do Convênio ICMS 1/99, o qual concede isenção do ICMS às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde.

Decreto nº 8.527, de 7 de janeiro de 2025 Publicada no D.O.E. de 7 jan. 2025	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 236/2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto, o Convênio ICMS 24/2024, que dispõe sobre os procedimentos praticados no âmbito das operações realizadas pelas distribuidoras e montadoras de veículos automotores com base nas disposições da Medida Provisória nº 1.175, de 5 de junho de 2023, e o Ajuste SINIEF 14/2022, que dispõe sobre a retirada e devolução, pelo adquirente, das mercadorias na venda não presencial de produtos por meio de comércio eletrônico ou canais telefônicos em estabelecimentos do mesmo grupo econômico ou de terceiros.
Decreto nº 8404, 18 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2024	Introduz alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para excluir produtos do rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.
Decreto nº 8378, 17 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2024	Institui Grupo de Trabalho para analisar a Gestão dos Hospitais Universitários e propor medidas de aprimoramento, conforme previsto na Lei Estadual nº 21.344, de 23 de dezembro de 2022
Decreto nº 8234, 10 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 10 dez. 2024	Estabelece os Índices de Participação dos Municípios (IPM) paranaenses no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para o exercício de 2025.
Decreto nº 8153, 4 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 4 dez. 2024	Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.
Decreto nº 8144, 4 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 4. dez. 2024	Nomeação de representantes para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Decreto nº 8121, 2 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 2 dez. 2024	Efetua uma Transposição no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R\$ 7.937.892,00.
Decreto nº 8120, 2 de dezembro de 2024 Publicada no D.O.E. de 2 dez. 2024	Efetua um Remanejamento no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R\$ 5.895.994,00.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÃO

Resolução nº 129, de 18 de março de 2025. Publicada no D.E.T.C. de 21 mar. 2025.	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.
Resolução nº 127, de 26 de fevereiro de 2025. Publicada no D.E.T.C. de 6 mar. 2025.	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno relativas à criação da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP e dá outras providências.
Resolução nº 126, de 26 de fevereiro de 2025. Publicada no D.E.T.C. de 7 mar. 2025.	Dispõe sobre a Política de atuação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com o Controle Social.

Resolução nº 125, de 29 de janeiro de 2025 Publicada no D.E.T.C de 3 fev. 2025	Altera o Regimento Interno, a Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2023, e a Resolução nº 72, de 3 de julho de 2019.
Resolução nº 124, de 15 de janeiro de 2025 Publicada no D.E.T.C de 21 jan. 2025	Institui e regulamenta o Programa de Residência no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Resolução nº 123, de 18 de dezembro de 2024. Publicada no D.E.T.C. de 13 jan. 2025.	Dispõe sobre a política de integridade do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa nº 194, de 16 de janeiro de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 21 jan. 2025	Dispõe sobre a análise e acompanhamento da gestão fiscal estadual no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, na forma de análises realizadas de acordo com os períodos estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
Instrução Normativa nº 193, de 16 de janeiro de 2025 Publicada no D.E.T.C. de 21 jan. 2025	Dispõe sobre a agenda de obrigações Estadual para o exercício financeiro de 2025, a ser observada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.
Instrução Normativa nº 192, de 12 de dezembro de 2024. Publicada no D.E.T.C. de 17 dez. 2025	Dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2025, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná.

3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

Instrução de Serviço nº 183, de 24 de fevereiro de 2025. Publicada no D.E.T.C. de 26 fev. 2025	Dispõe sobre as regras e procedimentos para a concessão do auxílio-funeral no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Instrução de Serviço nº 182, de 4 de dezembro de 2024. Publicada no D.E.T.C. de 6 dez. 2024	Dispõe sobre a regulamentação dos critérios de análise para verificação e conformidade dos requerimentos de análise técnica de inativações, pensões e revisões de pensão e de proventos.

3.4 NOTAS TÉCNICAS

Nota Técnica nº 32, de 6 março de 2025 - CGF. Publicada no D.E.T.C. de 6 mar. 2025	Divulga as médias gerais, por área, das notas obtidas pelos Municípios no exercício financeiro de 2024, com fulcro no art. 21, §4º da Instrução Normativa nº 172/2022.
---	--

3.5 PORTARIAS

Portaria nº 156, de 29 de janeiro de 2025. (ICE's - Distribuição) Publicada no D.E.T.C. de 31 jan. 2025	Torna público, para fins do disposto no artigo 156, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno - TC, os segmentos da Administração Pública Estadual para o quadriênio 2023/2026, ficam distribuídos por áreas temáticas na forma dos anexos I e II, sendo, em consequência, revogada a Portaria nº 131/24.
--	--